



**ACÓRDÃO Nº479/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 10930/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual **Órgão:** Câmara Municipal de Maués
- 3- **Responsável:** Simildon Antonio Cavalcante da Rocha (Ordenador de Despesa)
- 4- **Exercício:** 2018
- 5- **Advogado:** Não Possui
- 6- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1954/2020-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 8- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Maués. Exercício de 2018.

*Regularidade com ressalvas. Quitação.  
Determinação.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual, referente ao exercício de 2018, da Câmara Municipal de Maués, de responsabilidade do Senhor **Simildon Antonio Cavalcante da Rocha**, Presidente da Câmara Municipal de Maués e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.
- 9.2. **Dar quitação** ao Senhor **Simildon Antonio Cavalcante da Rocha**, Presidente da Câmara Municipal de Maués e Ordenador de Despesas, à época, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE.
- 9.3. **Determinar à origem** que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas:

**9.3.1** Quanto ao Portal da Transparência:





**ACÓRDÃO Nº479/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- m) - Não foram localizadas as informações sobre procedimentos para classificação de informações restritas;
- n) - Da análise de ferramentas de pesquisa disponíveis no Portal, identificamos que há precariedade nas pesquisas dos conteúdos publicados, não sendo possível pesquisar livremente por um determinado fornecedor, contrato, recurso;
- o) - Não se verificam no Portal da Transparências ferramentas eficientes de acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência;

**9.3.2 Quanto às Cartas Convites:**

- a) - Nas Dispensas e Inexigibilidades realizadas pela Câmara Municipal de Maués, exercício de 2018, verificou-se a ausência de designação de um representante da Administração especialmente designado para acompanhamento dos Contratos, arts. 67 da Lei nº. 8.666/93, conforme Cartas Convites 012, 017, 018, 019, 015, 016; Dispensa nº. 01 e Inexigibilidade nº. 01.
- b) - Ausência da pesquisa de preços do mercado, bem como a ausência de pareceres técnicos e jurídicos, itens essenciais de Julgamento e Homologação dos procedimentos licitatórios, contrariando os arts. 38, VI e art. 43, IV da Lei nº. 8.666/93.
- c) - Ausência de Procurador jurídico, em desacordo com a Constituição Republicana de 1988, arts. 131 e 132 c/c art. 12, inciso II do Código de Processo Civil, conforme a Doutrina e a Jurisprudência, do Pretório Excelso, de Tribunais de Justiça e do TCEAM.
- d) - Ausência de Sistema Informatizado próprio e vinculado aos demais sistemas do Poder Legislativo, no Controle Interno do Órgão;
- e) - Ausência de formulários/fichas de análise destinados a cada setor do Poder Legislativo.

- 9.4. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.



**ACÓRDÃO Nº479/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**10- Ata:** 12ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 13 de Maio de 2020

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**13- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira Relatora

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral